

MOEDAS E CIVILIZAÇÕES

Do ouro do Sudão à prata da América (*)

I

O mecanismo do comércio no Mediterrâneo no século XVI, no conjunto, parece ser de grande simplicidade. A leste, a balança de comércio é sempre regularmente deficitária: eis o que orienta todos os tráficos. Estando o comércio em mãos dos ocidentais, estes são obrigados a exportar para o Levante consideráveis quantidades de prata amoedada. Precisam portanto procurá-la continuamente. Grave, mas não problema novo. Assim foi, mais ou menos, durante quase tôda a Antiguidade e a Idade Média. Sustentou-se mesmo, por muito tempo, que o Império Romano havia sido esgotado afinal por esta hemorragia de metal precioso, em benefício do Oriente e do Extremo Oriente. Em todo o caso, para limitar o *deficit*, houve constantes esforços no sentido de se encontrar mercadorias capazes de substituírem a moeda. Em vez de metais preciosos, sempre tão raros e tão difíceis de se obter, os países cristãos da Alta Idade Média chegaram a exportar escravos para os mercados do Oriente. Depois disso, tendo a Cristandade se tornado senhora dos mares, o desenvolvimento de suas indústrias — principalmente as têxteis — forneceu-lhe uma verdadeira moeda suplementar da qual fez ela uso em larga escala.

Era uma das artes, um dos segredos de Veneza, ainda no século XVII, saber muitas vêzes obter, nos bazares de Alepo ou do Cairo, especiarias, a pimenta, a sêda, o algodão ou pós, tão úteis ao seu comércio ou à sua indústria, contra mercadorias: tecidos, vidrilhos, espelhos, ao invés do pagamento em moeda. Para que serviam os agentes que a Sereníssima mantinha no Levante? Eram eles que vendiam ao sabor das ocasiões — que davam a *baratto* como se dizia então — os estoques de mercadorias que as matrizes de Veneza lhes confiavam. Essas práticas estavam ainda em uso no século XVII: vêmo-las muito bem descritas então, na cor-

(*) — Tradução da Lic. Emília Nogueira autorizada pela revista **Annales. Economies-Sociétés-Civilisations** (1.º ano, n.º 1, 1946) e pela Editora Librairie Armand Colin. Este artigo foi também publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo" e merece nova publicação não só pelo fato do seu autor ter sido professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da nossa Universidade, como também porque o assunto é de grande interesse para a nossa História e relaciona-se com os outros dois artigos anteriores a este. A **Revista de História**, por isso, resolveu estampá-lo de novo (E. SIMÕES DE PAULA).

respondência dos cônsules venezianos da Síria. Mas outro testemunho frisarà ainda melhor a dificuldade que tinha o comércio ocidental em pagar em dinheiro à vista, os preciosos produtos do Levante. Um documento ragusano de 1573 nos indica que em Alexandria do Egito, o juro do dinheiro era tão elevado que os mercadores judeus concediam empréstimos usurários aos cristãos em dificuldades, à taxa de 36 a 48% ao ano. As colônias mercantis dos cristãos no Oriente estão portanto freqüentemente em dificuldades de tesouraria. Será um desastre, no verdadeiro sentido da palavra, para as velhas casas venezianas da Síria, o fato de, no último terço do século, aparecerem em massa, nos mercados do Levante, compradores franceses, depois ingleses e flamengos (o que vale dizer holandeses e zeelandeses), os quais farão suas compras mediante dinheiro à vista, sem aguardar a oportunidade de trocas favoráveis por mercadorias. Isso provoca logicamente uma alta de preços e uma crise brusca, à moda antiga, do comércio veneziano.

Mas era preciso obter em qualquer parte êsse indispensável dinheiro. Os franceses tiravam-no da Espanha ou da Itália; os ingleses — informa-nos Hakluyt — obtinham-no também na Itália. Gênova, Livorno, Veneza, na região média do mar, são assim para seus próprios comerciantes e para os que traficam em seus portos, fornecedores de espécies amoedadas. Os inventários de Ragusa indicam, durante todo o século XVI, reembólso de dinheiro proveniente de Veneza. Pequenas fontes, evidentemente em relação à enorme fonte sevilhana. Porque é esta que de longe alimenta a circulação mediterrânea. Mas seu papel no Mediterrâneo — e é êste um dos pontos que desejaríamos reter — é em sua plenitude, muito mais tardio do que poderia fazer crer a cronologia das grandes descobertas. A prata, o metal branco da América, não chegou imediatamente em grandes quantidades aos países do mar Interior.

★

★ ★

Antes do século XVI, êste mar interior, por sua vida econômica, tivera acesso a múltiplas minas de ouro e de prata, freqüentemente de pequena importância do ponto de vista absoluto, e em geral, incapazes de prosperar por muito tempo. Assim, certas minas de ouro dos Alpes, da Criméia ou da Velha Sérvia; assim as minas de prata do Erz Gebirge ou do Tirol, especialmente as de Schwaz, que no século XV seriam a origem direta do poderio dos Függer e de outros comerciantes-banqueiros de Augsburgo. A atividade das minas de prata da Europa Central foi singularmente estimulada no século XV (1451) pela descoberta de novos processos de fusão, que permitiram separar os minérios

de prata dos minérios de cobre; mas o problema que assim se apresenta, mau grado seu interesse, fica à margem de nossa pesquisa.

Na realidade, para o Mediterrâneo, a contribuição regular, necessária a suas despesas habituais a leste, veio de alhures. Veio do ouro providencial do Sudão. Ao que eu saiba, até o presente, somente Jaime Cortezão lhe assinalou, não tanto a importância há muito reconhecida, mas o valor no que concerne ao mecanismo geral da vida mediterrânea, ou melhor, o lugar no circuito geral dessa vida mediterrânea até às portas de saída do Oriente. Porque há uma ligação — e este artigo pretende fixar-lhe a intensidade e a estreiteza — há uma ligação que não foi absolutamente percebida, que não foi suficientemente notada, entre o prestigioso comércio do Levante e os transportes de ouro em pó do Sudão até as cidades e portos da África do Norte. Foi essa uma das oportunidades do Ocidente Latino se tornar, a partir dos séculos XII e XIII, senhor das rotas marítimas entre a África e o Levante, e de poder, em consequência mesmo desse domínio, forçar as portas da África do Norte até então aferrolhadas.

Sabe-se que o ouro em pó do Sudão constitui de longa data — sem dúvida desde o século X — ao lado dos escravos negros, o maior elemento do tráfico transaariano de retorno. O que nem sempre se vê tão bem é que este ouro, durante séculos, foi uma das armas decisivas do Islão ocidental, isto é da Espanha e da África do Norte muçulmana de destinos tão estreitamente ligados. No século X, a Andaluzia urbana e ativa instala-se na margem sul do estreito de Gibraltar, em Ceuta. Ela entra assim em relações econômicas, mais íntimas que nunca, com os países moghrebinos. Uma vida nova anima a Pequena África, onde se fundavam cidades como Argel e Oran, onde prosperavam centros mais antigos como Tunes e Bougie. Ora, nos séculos X e XI o ouro sudanês chega a África e por intermédio da África até a Espanha. A numismática e a história aí estão para nos informar sobre aqueles reinos muçulmanos da Espanha, de tão brilhante civilização. Eles nos são mostrados como incapazes de se defender depois do século X dos implacáveis estados cristãos do Norte e preferindo pagar-lhes tributos em lugar de padecer as regulares devastações de seus *raids* de cavalaria. Mas observemos isso de mais perto: não é essa uma solução de ricos e de bem providos? Em todo o caso, esta riqueza sudanesa, filtrada através das rotas africanas, desembocava, ainda nos séculos XII e XIII naqueles países do Islão ocidental, unidos, bem ou mal, duas vezes naquelas grandes e efêmeras construções políticas dos almorávidas e dos almôadas. A fontes da época almôada (em geral dos séculos XII e XIII) são concordantes: assinalam uma riqueza de metais preciosos de belos dinares de ouro, sucessivamente exportados por intermédio dos comerciantes, para o mundo inteiro e sem dúvida até ao Levante.

Porque atrás dessa prosperidade do Islão ocidental há — repitâmo-lo — a vida geral do Mediterrâneo.

*
* *

É no século XIII que o Moghreb começa a se fragmentar em tantos Estados quantos suas cidades mercantis. Fato muito mais importante é que então, todos êsses Estados se abrem ao comércio cada vez mais ativo e mais indiscreto dos comerciantes cristãos. É esse o grande acontecimento da vida do Moghreb, qualquer que seja a opinião da história geral, acontecimento êsse que pela sua repercussão além de seus limites transborda largamente. O Moghreb é já, a partir do século XII, de maneira evidente, a mina de ouro sem a qual a atividade mediterrânea, notadamente o rico e poderoso comércio do Levante, se teria paralisado, ou pelo menos comprometido. Êsse papel de motor, êle o desempenha, de maneira mais decisiva ainda, no século XV. Desenvolve-se então, nos futuros Estados bárbaros, uma encarniçada, continuada, multiforme invasão cristã de comerciantes e também de mercenários, pois êsses Estados, aos quais a grande história não se refere absolutamente: os de Fez, de Marrocos, melhor ainda os dos wáhabitas de Tlemcem, “a cidade dos comerciantes honestos”, ou o dos hafsidas de Tunes — recrutavam soldados nos países pobres e talvez já demasiado populosos da Cristandade.

Para os comerciantes, como para aquêles outros aventureiros, o fim era sempre o mesmo: o acesso ao precioso metal, seja alugando-se como no caso dos mercenários, seja trocando mercadorias as mais diversas: tecidos, e outras, por moedas ou ouro em pó. Os tratados comerciais assinados pelos cristãos com os “reis” da África do Norte constituem um livro completo: assim o atesta a clássica coletânea de Mas-Latrie publicada em 1866, coletânea muito rica e no entanto incompleta como verificam os eruditos todos os dias. Sobre esta vasta arremetida, sobre essa invasão, a um tempo catalã, marselhesa, genovesa e mesmo ragusana, os arquivos da Europa contêm grande número de documentos inéditos. Nessas cidades mercantis, os cristãos (à maneira de suas colônias levantinas), têm seus bairros com múltiplos privilégios e franquias e também, lá como alhures, seus consulados. Em 1573, quando Dom João da Austria se instala em Tunes, seus soldados encontram na cidade cisternas outrora construídas pelos genoveses em sua antiga feitoria.

Tôdas as mercadorias que a Europa podia fornecer ou revender afluíam portanto, às ruas comerciais das cidades norte-africanas. Disso resultou um amplo desenvolvimento urbano do Norte da África. Tôdas essas cidades fizeram ruir os antigos quadros políticos. Independentes, de fato, elas fazem freqüentemente pensar

nas repúblicas italianas do século XIII. É o caso de Oran, de Tlemcem, de Tunes, de Trípoli, e foi, antes da catástrofe de 1415, o caso de uma grande cidade — Ceuta. Mas notêmo-lo bem, essas cidades crescem em desacôrdo com a região que as circunda. São um produto da economia mundial e daí sua secreta fragilidade. Não são, por isso, mesmo brilhantes na época. Como já se disse, elas ligam à história do Moghreb (ou melhor à sua própria história) os longínquos destinos das cidades e dos reinos do grande anel do Niger, para além do Saara. E ligam-se à tôda história do Mediterrâneo. Na Cristandade, nas bordas do mar, ninguém lhes ignora a existência. Sua reputação de riqueza sobreviverá mesmo à sua prosperidade. Quando os espanhóis se apossaram de Trípoli em 1511, tiveram a impressão que se apoderavam de uma cidade de ouro e levaram tempo para se desenganar. E, em 1573, ainda, (quando já não era possível aí nenhuma ilusão) Dom João d'Áustria, instalado em Tunes e desejoso de aí permanecer, imaginava (sem dúvida baseando-se em velhos documentos hafsidas) que a cidade recebesse, todos os anos, preciosos carregamentos de ouro em pó do "Tivar". Naquela data (1573) era grande a falta do ouro. De fato, desde as últimas décadas do século XV, o ouro do Sudão não chega mais, pelos menos em quantidade tão considerável, às cidades da África do Norte. Isto quer dizer que no momento em que se inicia a segunda geração dos homens da Renascença, o Mediterrâneo se vê bruscamente privado de uma parte importante de seu abastecimento de ouro — e portanto, de um elemento motor indispensável à sua vida econômica. Repentinamente, a prosperidade local da África do Norte desaba como um castelo de cartas. Quem narrará a súbita desolação de suas cidade? Essa miséria tão sensível desde os primeiros anos do século XVI que se faz vivamente sentir, mesmo através das páginas de um livro tão frio como o de Leão o Africano? Ora, fato estranho: os historiadores parecem não ter prestado a mínima atenção até o presente, à esta crise geral da economia comercial do Mediterrâneo, ou mesmo a esta crise local da África do Norte. Em sua velha e clássica *História* Ernesto Mercier fala mesmo em "feudalização" do mundo que estuda e essa palavra mal escolhida revela sem dúvida que o mal-estar da África do Norte, o desmoronamento das autoridades constituídas não lhe escaparam. Mas quem já nos mostrou o Mediterrâneo em dificuldade monetária e comercial? E sobretudo, quem, tendo notado o efeito, remontou até às causas? Quem indagou o que bem pode ter ocorrido para além do Moghreb, nas profundezas do continente negro?

O que aconteceu? Nada. Nada mais que um pequenino, insignificante fato, do qual ninguém quis, até hoje, ver as repercussões na vida do Mediterrâneo — e, portanto, em tôda a economia, em tôda a história da Europa. Nada mais que isto: em 1460, os descobridores portugueses atingem as proximidades do gôlfo da Gui-

né — 1460, o mesmo ano em que morria o grande promotor dos descobrimentos: o infante Dom Henrique, o navegador. Dez anos depois, o gôlfo é reconhecido até às ilhas de Fernando Pó, em seu extremo oriental.

Os portugueses atingem o gôlfo da Guiné. E sem dúvida, a exploração comercial das regiões interiores não começa imediatamente. Entretanto, já em 1482, erige-se São Jorge da Mina, ao mesmo tempo feitoria e fortaleza, e logo mais funcionará a Casa da Mina, central reguladora do comércio da Guiné. Por aí se processa uma verdadeira "captura" econômica dos tráficos saarianos, uma inflexão e uma mudança de sentido. Os portugueses se apresentam na Costa de Mina com tecidos, "hambels", grossas e rústicas mantas do Alemtejo e bacias de cobre fornecidas pelo comércio de Antuérpia; e até mesmo com artigos mais preciosos ainda, como trigo e cavalos marroquinos. Com isso obtêm, em troca, escravos negros e ouro em pó. Acontecimento capital, acontecimento de repercussão mundial — os portugueses desviam em seu proveito senão a totalidade (Tlemcem, na época dos turcos cunhará moedas de ouro até o fim do século XVI) ao menos uma grande parte do metal precioso produzido pelos faiscadores sudaneses. Conseguem-no introduzindo nos Estados e nas tribos indígenas, entre o gôlfo e a bacia do Niger, seus mercadores, agentes políticos e aventureiros, descobridores de rotas e iniciadores de tráfico, cujo papel é imenso: um século mais tarde uma crônica das ilhas do Cabo Verde assinalava ainda o papel dêsses pioneiros.

II

Eis pois, o ouro sudanês desviado para o Atlântico. Irá êle de lá, tomar o caminho da Europa e do Mediterrâneo? Se isso se der, nada mudou enfim para a economia européia, após naturais trans-tornos iniciais. Tanto faz para a Europa que o ouro que ela necessita no Levante lhe chegue às mãos por intermédio dos moghrebinos ou dos portugueses. Nesse caso, a história que reconstituimos não ultrapassará as proporções da anedota.

De fato, durante algumas décadas, foi quase isso que sucedeu. O ouro sudanês chegava a Lisboa — e com êle outros produtos de importância, também tirados das costas da Guiné, tal como, para só falar dela, essa falsa pimenta — a malagueta, a qual, por seu baixo preço, fazia concorrência por muito tempo, na praça de Antuérpia, à verdadeira pimenta "das ilhas". Mas os navegadores portugueses não cessavam de progredir para o sul. Em 1488 dobravam o Cabo da Boa Esperança com Bartolomeu Dias. Em 1498 Pedro Álvares Cabral aí chegava também para negociar; em 1502-1503, a segunda viagem de Vasco da Gama se realizava com uma gran-

de frota mercante. Súbitamente, um mundo inteiro de negócios e de transações se revelava à imaginação e à cobiça portuguesa.

Desde então, muda-se o quadro. A princípio, os navios árabes carregados de pimenta e de especiarias, se deixavam facilmente capturar pelos lusitanos. Quando tais pilhagens não foram mais possíveis, foi preciso que eles se munissem de dinheiro para adquirir pimenta, especiarias e pérolas das Índias. Esse dinheiro fôra encontrado, ou melhor, êsse ouro, pois que se trata do ouro sudanês. E eis como, em vez de dar vida ao tráfico mediterrâneo, êle toma o rumo dos países novos. Eis como êle é, em larga medida, subtraído ao antigo tráfico do Mediterrâneo, por aquela poderosa derivação para o Extremo Oriente.

*
* *

Evidentemente o mundo mediterrâneo reagiu contra essa crise. Foi êsse o eminente papel dos genoveses. Mais tarde, quando se tornou conveniente lutar pela pimenta e pelas especiarias, a defesa das posições antigas foi feita por Veneza e pelos sudaneses do Egipto. Mas o primeiro abalo no monopólio e no equilíbrio do Mediterrâneo veio muito anteriormente, do oeste, e a propósito do ouro sudanês. O mérito de Gênova, se mérito há, é o de ter, sózinha, procurado então uma solução anti-portuguesa. São os genoveses, não o esqueçamos, que, em 1470, participaram da defesa de Arzila contra os portugueses; sobretudo, foram os genoveses que, desde meados do século XV, penetrando até Sidjilmâssa e Tuat, no interior das rotas transaarianas, tentaram sobrepujar os portugueses empenhados nas rotas marítimas. Tudo isso inútilmente, aliás. Não se evitou de maneira alguma uma crise geral da prosperidade mediterrânea. E como tudo se entroza, como o ouro não é apenas a força motriz da economia, mas, de tôdas as atividades sociais e da própria civilização (entenda-se em nosso país, e segundo nossas tradições e nossa mentalidade de ocidentais), essa crise acarretou muitas outras conseqüências além das prôpriamente econômicas. De passagem indicaremos apenas uma, minúscula.

O que a escassez de metal amarelo comprometeu, foi em última análise, o esplendor da primeira Renascença, inseparável do vigor e da riqueza das cidades e das burguesias, produtoras do grande comércio mediterrâneo. Certamente o Mediterrâneo pôde, então, se voltar para uma Europa em pleno progresso técnico, em pleno desenvolvimento da atividade mineira. Mas, em que medida isto pôde compensar aquilo? E igualmente, qual o papel das perturbações econômicas na vasta crise das guerras da Itália? Quantas questões que até hoje ninguém formulou e que uma história cônica dos seus deveres deveria formular! Em todo caso, há um fato, fato fora de dúvida e que parece ajustar-se à nossas interpretações: hou-

ve a preocupação de cunhar moedas de prata por tóda a Europa, especialmente na Europa central, e depois na Itália. Moedas de prata: êsse substitutivo, êste "ersatz" do ouro.

Crise do ouro, mais tarde, crise das especiarias e da pimenta, ambas serão golpes terríveis, senão definitivos na economia mediterrânea. Ambas em última análise, serão superadas. É bem verdade que as galés venezianas não puderam carregar nenhum saco de pimenta ou de especiarias em 1504, no cais de Alexandria; os próprios comerciantes alemães, habituados ao *Fondaco dei Tedeschi*, tiveram que se dirigir, então, para suas compras, a Francfort e Antuérpia. Mas a crise agudíssima no início do século, foi de curta duração. Perseguido, constringido, maltratado, o comércio árabe do Oceano Índico, mesmo assim conseguiu se manter, e, tornou-se a ver nos cais de Trípoli e Alexandria, pimenta e especiarias em quantidade. Impossibilidade de fechar o Oceano Índico aos navios árabes, devido as facilidades (não gratuitas) concedidas pelas autoridades portuguesas a êsse antigo comércio? Ou seria a qualidade superior das mercadorias transportadas pelos velhos caminhos do Levante — não tendo a pimenta que se vendia em Veneza sofrido as lentas deteriorações que ao longo de interminável viagem marítima, deveria sofrer a mercadoria portuguesa, comprada alhures, no ponto de partida, por agentes geralmente menos espertos que os mercadores árabes? Acrescentemos ainda a política de altos preços, praticada pelos portugueses e pelos negociantes, senhores em Antuérpia do comércio da pimenta, política essa que deve ter contribuído bastante para salvar a situação comprometida do comércio do Levante. Pouco importa aqui. Para nós, o essencial é que o comércio do Levante se manteve no extremo Mediterrâneo e em condições idênticas às do passado: a leste do mar permanece uma porta de saída obrigatória para os metais preciosos. Como foi isso possível? Quando conseguiu o mundo mediterrâneo superar a crise metálica que sofria?

Pode-se dizer com segurança: foi quando a prata da América veio substituir o ouro sudanês deficiente. Foi quando na Espanha, em Sevilha, encontraram os mediterrânicos o metal branco, que salvou seu comércio. Mas te-lo-iam encontrado imediatamente?

III

As primeiras remessas de metais preciosos, ouro e prata (pois houve remessas de ouro americano até as alturas de 1550), chegam a Espanha no início mesmo do século. Mas só assumem plena importância a partir de 1550 mais ou menos. Desde então, as partidas de metal branco não cessam de aumentar, no decorrer do século, de maneira quase regular, atingindo seu máximo de 1580

a 1640, durante o grande período imperialista da história da Espanha.

A atração de Sevilha — onde se estabeleceu em 1513 a *Casa de Contratación* — foi desde logo enorme. Entre os mais ativos comerciantes da grande cidade figuraram, desde o início, italianos de tôdas as cidades mercantis da península, principalmente genoveses. É pois de presumir que, desde logo, o metal branco espanhol deve ter entrado, licitamente ou não, na circulação européia. Evidentemente, não se poderia dizer em que proporções. O movimento dos *comuneros* de inspiração xenófoba, se erguera violentamente contra a exportação de metal precioso em benefício do estrangeiro. As Côrtes agiram sempre nesse sentido. Carlos V, ao menos até os meados dêsse século, procurou não contrariar êsse grande movimento da opinião pública em Castela. Por outro lado, se os genoveses (porque é principalmente dêles que se trata) financiaram o desenvolvimento de Sevilha no comêço do século, se êles contribuíram poderosamente para o desenvolvimento da metrópole do negócio americano, organizado por um sistema de trocas, de empréstimos de dinheiro e de comércio a longa distância (através do oceano) e, conseqüentemente de longa duração — êles, os genoveses, não participaram imediatamente, da mesma forma, nos empréstimos à Corôa, únicas operações financeiras, que poderiam permitir que se tirasse o metal, em grande quantidade, de uma Espanha terrivelmente tolhida. De fato, os grandes empréstimos genoveses a Carlos V, não começaram antes dos meados do século. Sômente no reinado de Felipe II, depois da primeira bancarrota espanhola, é que êles substituirão os empréstimos dos Függer e de outros banqueiros da Alta Alemanha. Acrescentemos também que foi só depois de 1552 que o govêrno de Carlos, deixou sair da Espanha grandes somas de prata amoadada. Tudo isso nos leva a pensar que houve certo atraso nas chegadas maciças de metal precioso ao Mediterrâneo.

Tanto mais que a prata espanhola, quando sai aos jorros da Espanha — e relativamente fácil é acompanhá-la em suas viagens pela Europa — não toma o caminho direto do Mediterrâneo: até 1560-1570, saindo da Espanha, ela segue a rota marítima de Laredo ou de um dos portos vizinhos da costa cantábrica até Antuérpia. Entre essas duas cidades corre um rio de prata de extrema importância para a vida econômica de tôda a Europa, ainda que não se possa traçar, com segurança, os múltiplos meandros de seu curso para além de Antuérpia. Mas a existência desta corrente-mestra de Laredo a Antuérpia é de capital importância. Todos os contratos, todos os *asientos* estabelecidos entre os mercadores e o Rei Católico, forneceriam, se preciso, indicações confirmando essa importância. Regularmente, os senhores da Espanha remetem a Laredo quantidades de prata, em troca dos adiantamentos que lhes são feitos sôbre as praças do norte, quase sempre em Antuérpia, ou

algumas poucas vezes, e por somas muito menores, em praças como Milão e Nápoles. Assim o provam dois *asientos* de 1557, que se poderiam tomar como exemplo. Eles foram estabelecidos após a primeira bancarrota do Estado espanhol, em maio de 1558, entre Felipe II de um lado, e dois banqueiros genoveses, Nicollo Grimaldi e Constantino Gentile, de outro. Sabemos também que os Függer, que na Espanha eram arrendatários das minas de mercúrio de Almaden, das minas de prata de Guadalcanar e dos territórios das Ordens (os *Maestrazgos*) encontravam facilidades para tirar a prata da Espanha através de Portugal, por intermédio de negociantes judeus interessados no comércio das Índias portuguesas. Estes, particularmente desejosos de obter numerário, ofereciam em compensação, letras sobre Antuérpia. Imaginemos, pois, ao lado dessa grande corrente oficial, um movimento considerável de prata e de capitais da Península Ibérica, pelo Atlântico, até o grande centro transformador de Antuérpia.

*
* *

Mas, a partir de 1568, a luta econômica e política entre Felipe II e a Inglaterra degenera em guerra marítima. Era muito tentador, era muito fácil, para os navios ingleses, na Mancha ou no Mar do Norte, à passagem das grandes naus de Biscaia, apossar-se das *zabras* que transportavam, para o Mar do Norte, lãs espanholas, e, em massas de cinquenta a duzentos mil ducados e mais, o precioso metal branco da América. Pode-se seguir, dia por dia, com a ajuda das cartas dos embaixadores espanhóis em Londres ou da correspondência minuciosa do duque de Alba nos Países-Baixos, os incidentes desta luta, entrecortada de negociações e de ameaças e que, apesar dos desejos e das ordens formais de Felipe II, não chegou a levar à verdadeira guerra. As *zabras* biscaínhas eram também freqüentemente chamadas à fala, conduzidas a portos ingleses e deslastradas de sua preciosa carga. Notemos que se o Estado inglês, que até então emprestava capitais na praça de Antuérpia, se decidiu, após advertências, conselhos e talvez manobras de Thomas Gresham, seu agente junto aos negociantes antuerpienses a viver do crédito de seus próprios comerciantes, ele tomou primeiro suas precauções: a prata das naves nunca será devolvida. Aliás não é esse abandono, sinal precursor da decadência de Antuérpia? A pirataria inglesa havia dado o golpe decisivo na grande navegação biscaína, a qual declina quase completamente após o malôgro da tentativa marítima de Pero Menendez de Avilez, em setembro de 1574. Em Burgos, os documentos do Consulado indicam uma paralização dos negócios no último terço do século. Após Burgos, as feiras de Medina del Campo perdem, depois de 1575 (que é também o ano da segunda bancarrota espanhola) toda a

significação internacional. Vale dizer que se acha então ameaçada essa antena estendida da Espanha aos Países-Baixos — todo êsse largo e poderoso avanço da Península até os mares do Norte, que desempenharam um imenso papel na história da grandeza da Espanha.

Um período da finança imperial espanhola estava concluído — um período também da economia do mundo. Outrossim, se o governo inglês não vem mais beber na espantosa fonte que até então havia sido a bolsa antuerpiense, se se limita, aqui e ali, a pequenos empréstimos ou a magras remessas de dinheiro para Bremen ou Hamburgo, é porque, por sua intervenção e pela extensão da guerra protestante aos mares do norte e a todo o Atlântico, das bordas da Europa às bordas da América, tudo se acha comprometido nesse sistema de circulação dos metais preciosos. Em seu tradicional ponto de chegada, em Antuérpia, os dias de esplendor passaram definitivamente. Não é mais uma cidade em toda sua vitalidade, é uma cidade já meio arruinada, que será destruída pelo saque de 1576. Do mesmo modo, cessa nessa época a espantosa prosperidade de Lião, ligada, como no-lo indicam os textos, não tanto ao Mediterrâneo, mas ao centro antuerpiense, do qual, sob muitos aspectos, foi uma escala ligada também — certos documentos o afirmam — ao comércio clandestino da prata, através dos Pireneus ou por intermédio de certos portos, como Ruão.

Seria de surpreender se esta crise não tivesse para a Espanha conseqüências no plano imperial. Desde antes da grande luta se ter travado entre o mundo protestante e o império hispânico, êste último se viu em parte separado dos Países-Baixos, pelo menos no que concerne a rota oceânica. Impossível daí por diante — mil testemunhos o dizem — fazer passar por ali, a prata, com a facilidade de outrora. Cêrca de 1578, recorre-se mesmo a um gesto desesperado: fazer passar de Gênova aos Países-Baixos, homens de confiança, levando cosidas em suas vestes, as preciosas peças de moeda.

Em 1575, imediatamente após a segunda bancarrota, o traje-to é tão pouco seguro, que, dispondo Felipe II, de três a quatro milhões de ducados em metal amoadado, na Península, nenhum comerciante quis correr o risco de fazê-los vir por mar até os Países-Baixos, e um empréstimo obtido dos Függer, com transferência para Lisboa, não impedirá que se produza a catástrofe há muito prevista: a “bolchevização” do exército espanhol dos Países-Baixos (como diz Carlos Pereyra), sua fragmentação em *soviets*, em repúblicas de soldados saqueadores, obrigados e felizes de viver às expensas do habitante local. Não era êsse um dêsses abalos dos quais é difícil se refazer? Perdendo a livre utilização dos caminhos marítimos que levaram ao norte, a Espanha estava privada de um dos grandes trunfos da guerra — dessa guerra pelo domínio da Europa e do mundo. Desde essa época, a Espanha condenou-se a uma

guerra particularmente custosa, de tal maneira se tornara para ela oneroso e difícil transportar a prata ou conduzir soldados.

Em todo caso — e é o que interessa à nossa pesquisa, — a ruptura da rota atlântica da prata espanhola na Europa iria valorizar progressivamente uma outra rota de distribuição, uma rota supletiva mediterrânea, a maior parte das vezes a rota marítima de Barcelona a Gênova. Ela ganha importância nos anos 1570-1575.

O papel que a princípio haviam desempenhado as *zabras* biscaínas, na distribuição européia do metal branco, passa desde então às galeras do Rei Católico. Os comboios de galeras da costa da Espanha aos portos da Itália levam em seu bojo pesadas caixas de moedas cunhadas com a marca da Espanha. Viagens de resto, sem incidentes, nunca perturbadas pelos corsários, nem sempre assinaladas, por outro lado, nos documentos das séries políticas. Não se poderia pois, dizer com certeza quando essas remessas começaram. Para isso seriam necessários muito longos e bem sucedidos inquéritos. Também não se poderia estabelecer, mesmo com os textos a mão, o volume ou mesmo a regularidade — muito provável — desse tráfico. Porque se a prata entra na Espanha, com muita disciplina, quase exclusivamente pela grande porta de Sevilha, para sair, nunca conheceu uma via exclusiva. E, aqui, mais que nunca, é necessário levar em conta saídas secretas, os cem caminhos da fraude; mas um fato parece fora de contestação: essas remessas por via mediterrânea tornam-se evidentes à história depois dos anos de 1570-1575. Até então, através de numerosos documentos só são mencionadas pequenas remessas. Por exemplo, em 1568, uma remessa de prata ao duque da Toscana em pagamento do soldo que o Rei Católico devia pelas galeras toscanas que lhe foram alugadas: remessa difícil aliás, epílogo de múltiplas diligências, prova suplementar da dificuldade que havia nessa época para a saída de prata da Espanha, rumo ao Mediterrâneo. Ao contrário, depois de 1570-1575, os testemunhos sobre esse tráfico se multiplicam. E ele se trai por suas próprias conseqüências, que são grandes.

Ou muito me engano, ou a substituição da rota Barcelona-Gênova pela rota Laredo-Antuérpia é um dos grandes acontecimentos do século que então findava. Todo o grande livro de Ehrenbergh, tão denso, tão rico de pequenos fatos, em suma, tão mergulhado no *evenementiel*, como dizia Simiand, fica esclarecido em seu âmago. As catástrofes de Antuérpia e de Lião, o enigmático declínio de Medina del Campo e de tôdas as cidades ligadas ao circuito nórdico, e, ainda, a ascensão compensadora dos banqueiros genoveses, a equipagem por elas, a partir de 1579, da grande máquina das feiras de Besançon (estas remontando mais longe no tempo), mas que, a partir de 1579, embora conservando seu antigo nome, se instalam em Piacenza; tôda essa subversão da vida econômica e da riqueza da Europa se liga à mudança da porta de

saida da prata espanhola. O que equivale a dizer também, agora que se sabe pelos trabalhos de Earl Hamilton como a prata americana entrou na Península que é importante determinar para a grande história, quando e por onde ela saiu daí. O que equivale a dizer também que, além das operações bancárias e de suas hábeis escriturações, o essencial foi a circulação real dos metais preciosos. Verdade que se poderia qualificar de banal se não fôsse freqüentemente perdida de vista.

*
* *

E sem dúvida, o problema assim formulado ficaria ainda por resolver. É sintomático ver, senão se fecharem ao menos se cobrirem de barreiras as grandes rotas oceânicas, no momento exato em que o Mediterrâneo consegue o que não é demais chamar de desforra. E não menos sintomático é ver o Oceano, pouco a pouco dominado pelas guerras religiosas — essas guerras que velhos hábitos nos fazem situar unicamente no continente, nos Países-Baixos a princípio, depois na França — ao passo que, no mesmo instante e em sentido inverso, o Mediterrâneo passa da guerra à paz, pois finda, a partir de 1574, o conflito que opõe o Turco ao Espanhol. Guerra no Oceano, paz no Mediterrâneo, pode-se calcular que as conseqüências dêsse duplo fato, mas principalmente a volta do Mediterrâneo à uma vida pacífica, num momento em que a prata da América afluí à sua economia, não são desprezíveis. Isso provocou uma alta de preços mais generalizada e mais rápida que no passado. E assim se preparou uma volta geral à prosperidade, à força, à vitalidade dos países mediterrânicos. Veículo: a moeda da Espanha. Desde logo, ela inunda todos os países marginais do grande lago mediterrâneo. Especialmente o escudo de ouro, criado por Carlos V em 1537 (moeda nominal por vêzes, mas mais freqüentemente moeda real) e a peça de prata de *ocho reales*. Em Tunes como em Argel, como na Turquia, é em moeda da Espanha que se estipulam os montantes das somas a serem pagas pelo resgate de escravos. Assim também, para citar apenas alguns exemplos típicos, em 1581, a 7 de fevereiro, quando o governo espanhol concluiu com o Sultão uma trégua de três anos, por intermédio de Giovanni Margliani — o Marglian das crônicas francesas — os pagamentos dos “presentes” são feitos em boa prata da Espanha, em escudos “cunho de Aragão”, segundo afirma uma correspondência francesa. Em Ragusa, não é hábito dos grandes comerciantes irem êles mesmos ao Levante: êles aí se fazem representar por um filho, um associado, um comissário, o qual, ao partir, leva consigo como única mercadoria uma bolsa bem fornida. Ora, o conteúdo dessa bolsa constitui por vêzes objeto de minucioso inventário, peça por peça, e alguns dêsses inventários foram trans-

critos nos registros dos *Diversa de Foris*, no palácio dos Rectores. Eles nos dão ocasião de vermos passar, com o fim do século, as peças espanholas de oito, misturadas a outras moedas (assim, uma vez, aos *soltarini* de Alepo). Último exemplo: um relato inglês de 1564 assinalava os reais da Espanha como moeda corrente em Alexandria do Egito e como a melhor que para aí se poderia levar. O fato é pois, inegável: todo o Mediterrâneo é então tributário da moeda espanhola.

Por outro lado, se a atividade dos banqueiros genoveses — o século XVI é desde então o século deles e não mais o dos Függer — pôde-se manter, de maneira próspera, até as alturas de 1640, não obstante as bancarrotas sucessivas e, por assim dizer, regulares, do Estado espanhol: 1596, 1607, 1627, 1647, não é sómente, como o disse Ehrenberg, devido à sua habilidade, às suas gorjetas distribuídas de maneira oportuna, ou como pretendiam seus rivais da Alemanha meridional, porque negociam muito mais com papel do que com dinheiro corrente. Sem dúvida a palavra “bancarrota” pode induzir a erro; tratava-se muito mais de conversão de dívidas que de verdadeiras bancarrotas. Para se evadir a compromissos muito pesados, o governo espanhol, reembolsava seus credores, cada uma das vezes a prazo curto com juros, isto é, com rendas perpétuas em títulos do Estado, consistindo seu grande lucro em fazer com que se aceitassem essas rendas ao par, pois que sob Felipe II, estavam elas mais ou menos constantemente desvalorizadas de 50%. Pagos com tais títulos os genoveses deveriam ter sido paralisados em seus negócios. Mas tinham o recurso de pagar na mesma moeda os seus próprios credores — e foi uma vantagem a que jamais renunciaram. Desde 1575, os genoveses da Espanha aproveitaram-se dessa situação para arranjar seus negócios, em detrimento dos genoveses de Gênova. Reconheçamos, entretanto, que êsses meios não teriam bastado. O que salva os banqueiros genoveses na sua perigosa e especulativa indústria, não é nem sua habilidade, nem a arbitragem que exercem através de suas feiras, no movimento geral dos capitais na Europa; é que em procissões regulares, não obstante a pirataria inglesa e holandesa, os galeões carregados de prata, formados em longos comboios, apenas excepcionalmente são detidos na sua travessia do Atlântico e chegam até os cais de Sevilha. Há grandes alarmes, retardamentos inverossímeis, dificuldades sem número e surpresas. Mas a ligação se mantém. Dela tudo dependeu.

Os magníficos trabalhos de Earl J. Hamilton estabeleceram que o metal branco da América só cessa de chegar maciçamente à Espanha (acrescentemos de nossa parte, além da Espanha, ao Mediterrâneo) pelas alturas de 1640 e 1650. É, pois, sempre possível aos banqueiros genoveses continuar seu jôgo especulativo. Jôgo rendoso, pois consiste em tudo e por tudo em fazer através da Europa, por conta do Rei Católico, os pagamentos exigidos pela poli-

tica universal da Espanha; e fazê-los não sem lucro, mas tendo sempre a perspectiva de serem reembolsados finalmente, em moeda corrente. Sômente o têrmo da chegada dos galeões da prata terá significado o fim irremediável de Gênova. E a não menos irremediável liquidação de suas feiras internacionais. Que belo livro se poderia escrever, além do *Zeitalter der Függer* de Richard Ehrenberg, sôbre aquêlo século que êle, por seu lado, viu mal; época que se segue a dos Függer, o século dos grandes banqueiros genoveses, árbitros também êles, a seu tempo, dos destinos do mundo e obreiros da grande história! Mas seu reinado, a maneira pela qual transportam de Besançon a Poligny, depois a Chambéry, a Yvres, a Asti e finalmente a Piacenza, a sede de suas feiras e com ela o centro financeiro do mundo, êsse deslissamento para o sul, não é uma desforra do Mediterrâneo? E a decadência daqueles não é a sua decadência? Não está o Mediterrâneo, pelas mesmas razões que Gênova ligado à prata da América?

Em todo caso, é curioso notar que a decadência do Mediterrâneo, tão logo assinalada por historiadores de boa fé (que freqüentemente só tem uma desculpa, a de repetir seus predecessores) não se manifestou deveras antes dos meados do século XVII. É pelas vizinhanças dêsse têrmino, marcado pelas realidades da história dos metais preciosos, que se pode falar de uma decadência da Espanha (pensem na revolta da Catalunha em 1640, na revolta de Portugal, mais grave ainda pois foi definitiva, nesse mesmo ano de 1640). Da mesma forma pode-se desde logo falar de uma decadência da Itália, até mesmo de uma decadência do Império Otomano — mundo mais próximo, é certo, da economia natural e, conseqüentemente, mais resistente que os países complicados e enriquecidos do Oeste Mediterrâneo. Pode-se também falar de uma decadência do comércio do Levante. É comum dizer-se quê, os holandeses, senhores do Oceano Índico, são os responsáveis por isso. Sem dúvida. Mas e a falta de metais preciosos?

Decadência do Mediterrâneo? Sim. Mas além disso, mais do que se pensa, decadência e constrangimento da Europa inteira. Earl J. Hamilton pensa que a América colonial, povoando-se, provendo-se, absorveu quantidades cada vez maiores de numerário. Pensa igualmente que as minas pouco a pouco se esgotaram, que sua exploração, o transporte do metal, com o tempo se tornaram assaz onerosos — a fraude e a incúria governamental agravaram a situação — enfim, que uma parte do metal branco americano desertou pouco a pouco o Atlântico e ganhou o Pacífico pela frota que parte do pôrto "mexicano" de Acalpuco com destino a Manila, onde os juncos chineses vão buscá-lo. Hipóteses, sem dúvida; mas é fato que as fontes de prata americana secaram, que em 1647, o govêrno espanhol suprimiu sua frota de barlavento, à entrada do mar das Antilhas, pois a guarda dêste mar se tornara inútil. Repitâmo-lo, não é sômente o Mediterrâneo que se vê condenado a um

destino menos brilhante. É o resto da Europa. Ao século dos genoveses (1550-1630) vai suceder o século de Colbert, que não é um século de prosperidade.

Esta voltará. É uma vez mais, em parte, graças à América. Longa história, que nos desculpamos de abordá-la assim, numa palavra, a título de exemplo análogo e assim o fazemos em memória de Marc Bloch, que para isso chamava atenção nos últimos anos de seu professorado. Desde o fim do reinado de Luiz XV, não assinalara êle uma volta à prosperidade ou pelo menos, as primícias dessa volta? Não podemos ver nisso uma nova dádiva da América para Europa, um dom agora não mais de prata, mas de ouro de Minas Gerais, tirado do próprio coração, do coração continental do Brasil? Ouro — e é justamente nos últimos anos do século XVII que êle aparece. Não vamos por certo dizer que foi êle, só êle que determinou o século XVIII. Mas diremos, uma vez mais, que as vicissitudes da moeda não interessam apenas à história econômica. Elas contribuem poderosamente para esclarecer a história total das sociedades e das civilizações. Valem como signos. Valem como causa.

Resumamos. Primeiros anos do século XVI: o ouro do Sudão já desviado pelos portugueses de seu caminho direto para o Mediterrâneo, desemboca em novas rotas, em direção ao Oceano Índico. E, como por acaso, a primeira Renasçaça Italiana se estiola, periclita e empalidece

Trinta anos: eis que afluem para a Europa os metais da América, retransmitidos por Sevilha. Como por acaso, igualmente, o poderio espanhol se afirma e se expande. Os genoveses contribuem para isso, pois desde o começo tomaram posição contra os portugueses, e logo suplantam os banqueiros de Augsburgo. Mas, por outro lado, se o Mediterrâneo se beneficia com a prata espanhola, nem sempre a recebe diretamente. A grande via por onde o maná se derrama é a via oceânica. A via de Laredo a Antuérpia. Por aí não cessam de correr as ondas de um Pactolo que rega ao mesmo tempo a aridês da Espanha e as terras férteis das Flandres.

Até o dia em que esta via é cortada; em que Antuérpia conseqüentemente começa a murchar; em que Medina del Campo se estiola, em que Lião deixa de ser a cidade triunfal das feiras; em que a Espanha se vê cortada das Flandres por mar, mas, em que, ao contrário, a rota marítima de Barcelona a Gênova ganha vigor, em que as moedas da Espanha conquistam inteiramente o Mediterrâneo, e prolongam sua prosperidade até os meados do século XVII... Até a hora em que (talvez drenado para Manila, talvez absorvido pela própria América em progresso) o metal branco deixa de inundar o Mediterrâneo e, conseqüentemente, a Europa. Declínio, decadência, que só será remediada às vésperas do sécu-

lo XVIII. por um afluxo novo de riqueza amoadada. Por um afluxo de ouro: o das minas brasileiras, das "Minas Gerais".

Assim se cadenciam os capítulos da história do mundo. No ritmo dos fabulosos metais.

FERNAND BRAUDEL

Professor do Colégio de França e ex-professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.